

FORMAR BEM PARA SERVIR SEMPRE¹: a Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (1889-1937)

Gisele Terezinha Machado – UFPR*

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, linha História e Historiografia da Educação. Porém, o presente artigo é resultado da Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação UFSC.

A instituição do governo republicano caracterizou-se por uma série de crises políticas, uma nova *filosofia financeira* e a necessidade de uma remodelação do espaço urbano e dos hábitos sociais. O estabelecimento dessa nova ordem desencadeou um processo de aburguesamento: “fome do ouro, a sede da riqueza, a sofreguidão do luxo, da posse, do desperdício, da ostentação do triunfo”². Assim como acontecia na capital do Brasil, a capital do Estado de Santa Catarina almejava esse novo ritmo, o ritmo frenético da modernidade. A febre de consumo pelo novo, *a última moda*, que tomava conta da cidade já não podia conviver com a insalubridade e com os indigentes no perímetro urbano.

Verifica-se, assim, o início de uma prática discursiva que enunciava a necessidade de remodelar e sanear Florianópolis, principalmente sua camada mais humilde, na intenção de acompanhar o modelo de civilização importado do Rio de Janeiro que, por sua vez, reafirmava os modelos vigentes na Europa. Demolição de habitações, construção de edifícios públicos, abertura e pavimentação de ruas e avenidas, entre outras obras públicas, caracterizaram a mudança na estrutura física “no sentido de remodelar e disciplinar os espaços e usos da cidade”³. No entanto, era necessário ir além, questionando o cotidiano, produzindo discursos e manifestações que visavam à composição de uma ordem urbana ditada por critérios éticos e estéticos considerados racionais e moralizantes.

Consoante a esse discurso elitista de novos padrões e formas de estilização das condutas, a Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina – EAMSC – era vista como um campo de atuação de tais políticas públicas em Florianópolis. Perfilada por jovens do sexo masculino de etnia principalmente africana e de origem carente, a EAMSC proporcionava uma espécie de isolamento do convívio social desse público-alvo incômodo, realizando um movimento em prol da preparação desses para o trabalho, “colocando em marcha mecanismos

¹Lema da EAMSC. Livro Tombo. Acervo da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina – EAMSC.

² SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e a criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.26.

³ ARAÚJO, Hermetes Reis. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989. p.29.

disciplinadores que se complementavam e se reforçavam com o intuito de produzir corpos dóceis e úteis”⁴.

Assim, o presente artigo analisará o público alvo e o espaço físico destinado a essa instituição híbrida, escola e quartel, percebendo as variáveis do disciplinamento e da construção de expressões simbólicas de práticas escolares dentro das reformas sociais e urbanas implementadas pelo Regime Republicano. Para tanto, documentos primários trazem informações das quais se vislumbram o modo como a Escola era direcionada como mais um instrumento para proporcionar a *limpeza* urbana ou mesmo o reajuste social de uma determinada parcela da sociedade, os menores *Boca Preta*⁵, uma vez que,

Nesta capital, onde abundam rapazes vadiando pelo mercado e pelos trapiches, muitos até maltrapilhos, a causarem dó, em idade de procurarem ocupações úteis, bom seria que se estimulassem á vida da Armada que lhes garante o presente e o futuro, em vez de continuarem na vida que levam, estragando a saúde, viciando-se em jogos e perdendo o brio como conductores de estranhos á causas duvidosas⁶.

Porém, apesar de parecer grande a demanda de *rapazes vadiando pelo mercado e trapiches, muitos até maltrapilhos*, propalada no artigo acima do jornal *A fé*, as inscrições para o serviço militar voluntário eram pequenas. Com a lotação prevista em 150 aprendizes, em 1895, era 31 o número de inscritos; em 1897, foram matriculados 4 catarinenses e 37 transferidos; bem como, em 1898, foram admitidos 13 catarinenses e 41 provenientes de outros Estados. Em 1905 e 1907, chegou-se ao número de 90 inscritos, porém 87% eram originados do Rio de Janeiro em virtude da desativação da Escola de Aprendizes desse Estado⁷.

Em 1891, o Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, já denunciava a necessidade de medidas mais eficazes da sociedade para o controle dessas crianças que vagavam pelas ruas, bem como o incentivo ao alistamento para o

⁴ DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. p.150.

⁵ Boca Preta é expressão do vocabulário naval que faz referência à índole do homem, ou seja, aquele que é visto como mau elemento. PENALVA, Gastão. **Gíria Maruja**. 1 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1982. p.26.

⁶ ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS. In: **A Fé**. Orgam da Associação Irmão Joaquim – Protectora dos Necessitados. Florianópolis, anno IV, n. 143. 17 abri. 1907, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina – BPSC.

⁷ Existiam Escolas de Aprendizes no Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Porém, o Ministro da Marinha não concordava com tantas escolas, pois geravam muitas despesas, e defendia apenas três: no norte, Rio de Janeiro e Sul, funcionando em navios adaptados. Na atualidade, existem quatro Escolas: Recife, Fortaleza, Espírito Santo e Santa Catarina. BRASIL. Ministério da Marinha. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Marinha**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895-1897-1898-1905- 1907. Acervo do Serviço de Documentação da Marinha – SDM.

serviço à Pátria, uma vez que “falta, relevai dizer-vos de esforço por parte das autoridades as quase cumpre velar sobre ellas, desviando-as da ociosidade em que vivem para dar-lhes melhor direção e, portanto mais vantajoso futuro”⁸. O relatório enviado pelo então Ministro de Estado e Negócios da Marinha, o Almirante Elisiario José Barboza, em 1896, ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil, revela também a preocupação pela permanência da pouca procura ao serviço da Armada, com lotação nacional de 1250 e efetivo de 921, justificando-se isso pelos poucos atrativos que, segundo o mesmo, necessitava de providências:

A dificuldade de conseguir pessoal para a Marinha de Guerra continua a ser uma das mais sérias preocupações da administração superior da Armada. Do sorteio, pelo que tem podido verificar, nada ha que esperar, si qualquer deliberação não for tomada no sentido de tornal-o uma realidade, por vantagens que anime o cidadão a prestar os seus serviços a Pátria⁹.

A grande resistência ao serviço na armada era, conforme Pinheiro, pela “geral repugnância da população para a carreira das armas”¹⁰ em consequência das formas de recrutamento que, além do sorteio mencionado acima, “em virtude de seu próprio regulamento, encontravam nos xadrezes da polícia a maior fonte de alistamento de pessoal”¹¹. Com a proibição da ação de força policial pelo Artigo 17 do Regulamento das Escolas de Aprendizes-Marinheiros¹², que previa o consentimento dos pais legítimos ou responsáveis, coube ao Juiz de Orphãos a autoridade de direcionamento dos jovens desvalidos. Assim, era a ele a quem a Marinha do Brasil tinha

de apellar, no desempenho sagrado do seu cargo, pai dessa infância desamparada, a quem a Lei um dia, qual Mãe soluçante foi entrega-los, pedindo-lhe o direito a vida honrada, a salvação da miséria e do crime. Sua senhoria, porém, tem se mostrado indiferente ao apello dessa Mãe, a Caridade, e ahi esta a marinha nacional, um dos esteios da santa integridade da pátria, necessitando de deffensores que na expectativa de sentinellas avançadas, velem por ella, confiante, para que caminhe na estrada da paz, do progresso, que é a sua vida¹³.

⁸ BRASIL. Ministério da Marinha. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, em julho de 1891**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. s/n. Acervo SDM.

⁹ BRASIL. Ministério da Marinha. **Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Dr. Prudente de Moraes, pelo Almirante Elisiário José Barboza, Ministro de Estado e Negócios da Marinha, em abril de 1896**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 26. Acervo do SDM.

¹⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. **História geral da civilização brasileira**. Tomo III. v. 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p.189.

¹¹ Idem, Ibidem, p.189.

¹² Regulamento na integra publicado no jornal *O Marujo*. Regulamento das Escolas de Aprendizes-Marinheiro. In: **O Marujo**, Florianopolis, anno I, n. 2., 24 nov 1907. s/n. Acervo da BPSC.

¹³ Artigo *Menores*, publicado no jornal *O Marujo*. Idem, Ibidem, s/n.

Entre as ações tomadas para reverter tal quadro, em 1907 o então comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina, Sr. Capitão de Corveta Tito Alves de Brito, encaminha aos jornais locais folhetos que demonstravam algumas vantagens no alistamento que permitiriam acesso a Escolas Profissionais e Escolas Regionais de Aprendizes-Marinheiros, bem como plano de carreira com seus respectivos vencimentos (soldo), além de

- 1 - ensino elementar gratuito;
- 2 - alimentação sã e abundante;
- 3 - vestuário decente e confortável;
- 4 - vencimento mensal de 3\$000, de onde se desconta a terça parte, que é depositada na caixa de econômica afim de constituir um pecullio para ser entregue ao constituinte ao ter baixa do serviço ou aos pais ou tutores, si for desligado durante a maioridade;
- 5 - a educação phisica, tornando o aprendiz robusto e sadio¹⁴.

Deste tópicos apontados como atrativos, a de se destacar o primeiro, *ensino elementar gratuito*, que passa a ser o foco das reformas no cerne da instrução militar. Foco esse direcionado a vislumbrar atrativos no sentido de se reverter o quadro do número de inscritos¹⁵, uma vez que a valorização da cultura letrada e a necessidade da alfabetização se firmavam como condição fundamental para ser cidadão politicamente participante da então República brasileira, ou ainda, era necessário criar personagens que pela profissão, hábitos e controle, mantivessem tal governo.

A ênfase passa a ser no discurso sobre a Escola de Aprendizes-Marinheiros como possibilidade de formação sociopolítica do cidadão, direcionando o jovem não só para uma educação formal, mas uma educação que privilegiava uma visão patriótica que não formava apenas marinheiros, mas homens de honra, de valores religiosos e de sentimento nacionalista. Ressaltava-se a importância de “comprometemo-nos pois, todos nós, desde o mais velho ao mais novo de que devemos só estar parados para dormir e comer”¹⁶, mas em especial

Ao marinheiro, cuja qualidade de militar, pelos deveres de disciplina torna mais árdua a tarefa entre a humanidade e muito especialmente perante o paiz de que é filho, cumpre esforçar-se para instruir-se, para aprender, para, desta maneira, saber comprehender seus deveres e sua

¹⁴ Artigo *Vantagens do serviço da Marinha de Guerra*, publicado no jornal *O Dia*. Vantagens do serviço da Marinha de Guerra. In: **O Dia**, Florianópolis, anno VII, nº 1901, 10 mar 1907. p.10. Acervo da BPSC.

¹⁵Dados presentes em **relatórios apresentados aos Presidentes dos Estados Unidos do Brasil 1896 a 1926**. Ver: BRASIL. Ministério da Marinha. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Marinha**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1889 à 1926. Acervo do SDM.

¹⁶ A nossa nacionalização. In: **O Marujo**, Florianópolis, anno I, nº 3, 24 fev. 1908. p.3. Acervo da BPSC.

missão á pátria¹⁷.

Esse artigo citado acima anunciava que a Escola de Aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina era um dos cenários onde parecia ser possível normatizar, disciplinar e higienizar hábitos e comportamentos daquela parcela a que era destinada, tanto como quartel quanto como escola. A partir do enclausuramento, o que de imediato gerava o afastamento social dos *transmissores dos maus hábitos*, a família ou as ruas, o aprendiz era inserido dentro de práticas de sociabilidade dominada por fortes rigores hierárquicos, por conseguinte, fortes rigores disciplinares. Estes rigores faziam com que, dentro desse processo, fosse possível o retorno daqueles sujeitos ao convívio social. Parece assim que tal processo de docilização foi capaz de influenciar a sociedade através do reordenamento promovido por um cotidiano escolar próprio construído dentro das normas do meio militar que, ao mesmo tempo, eram “objeto do poder disciplinador e instrumento de seu exercício”¹⁸.

Nesse tocante, as preocupações do Estado quanto à Escola de Aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina, naquilo que é possível vislumbrar diante da leitura de um relatório encaminhado pelo Almirante Coelho Netto e o Contra-Almirante Gonçalves Duarte, que anuncia a capacidade daquela instituição no que se refere ao regime escolar, demonstram como “o grão de adiantamento dos alumnos (sic) é lisonjeiro”; porém, deixando a desejar o prédio, que era pequeno e “bastante arruinado, apesar (sic) de bem localizado”, perto do porto e da cidade, “com área disponível insuficiente para a prática de atividades como esgrima e infantaria”¹⁹.

Nesse ou em outros documentos nota-se que, no primeiro momento, menciona-se principalmente a falta de condições físicas da instituição necessárias à instrução profissional, uma vez que as EAM ainda não estavam equiparadas às escolas primárias. Os espaços são percebidos ainda dentro da disposição das necessidades da formação militar, como o da disciplina de tiro, que preocupava quer seja pela segurança necessária a seus exercícios, ou pelo acompanhamento tecnológico do material utilizado. A instrução profissional, no entanto, ao que parece, é o atrativo de tal contexto que visava *educar e preparar para os diversos serviços da Marinha Nacional*.

Com sua equiparação à escola primária pelo Decreto nº 6382, de 1 de agosto de 1907,

¹⁷ Artigo *Nova Era*, publicado no jornal *O Marujo*. Idem, ibidem, p.3.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. p.143.

¹⁹ BRASIL. Ministério da Marinha. **Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Contra-Almirante Manoel José Alves Barbosa, Ministro de Estado e Negócios da Marinha, em abril de 1898**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. p.33. Acervo SDM.

a Escola de Aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina assumia também o papel social de alfabetizadora – no tocante às classes populares, principalmente direcionada ao objetivo de retirar das ruas aqueles que mais tarde poderiam tornar-se *um problema social*, sendo a ela atribuídos valores dos quais a educação e o prestígio da formação moral e cívica deveriam ser enaltecidos pela estrutura. Era necessária a construção de um espaço escolar que definia ao mesmo tempo um espaço físico e um conjunto de relações sociais da educação formal/profissional.

Assim é que a Escola de Aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina irá ser transferida para um outro prédio em 1906 (Figura 1). Esse prédio, inicialmente cedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e, posteriormente, em 1908, doado pelo mesmo, proporcionaria benefícios para ambos os lados. Ganhava assim a instituição o benefício de um prédio mais imponente, entre outros, ganhava o Estado com o rearranjo da instituição para localização periférica – longe do Centro de Florianópolis, diametralmente oposta àquela inicial, cujo endereço privilegiado passava pela Praia de Fora, local de sua antiga sede.

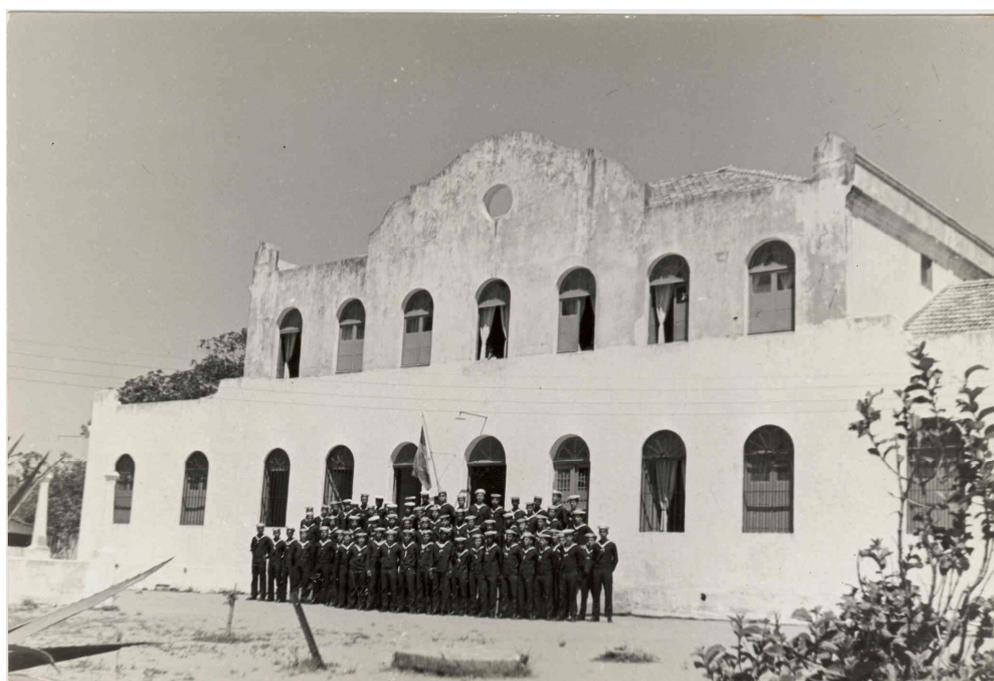


Figura 1: Fachada da EAMSC
Fonte: Serviço de Documentação da Marinha

Tal mudança beneficiava o projeto de embelezamento da cidade e definia o lugar “por relações de proximidade entre certos pontos e elementos”²⁰. Essa transferência contribuía para posicionar a escola fora da Ilha e promover a separação dos segmentos distintos da sociedade,

²⁰ Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d' Études Architecturales, em 14 de Março de 1967. FOUCAULT, Michel. De outros espaços. In: **Estética literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Coleção ditos e escritos. V 3. p.2.

evidenciando, dessa maneira, a relação entre o posicionamento geográfico das Escolas e as respectivas camadas sociais que fazem uso da instituição, ou seja, sendo o continente a periferia de Florianópolis, a escola que atendia aos *maltrapilhos* deveria estar geograficamente posicionada entre seus usuários.

Por outro lado, se a escola perdia o privilégio de manter-se bem localizada, ganhava diante do aspecto arquitetônico, já que o novo prédio seria mais conveniente para o desenvolvimento de suas atividades, bem como reafirmaria a idéia de investimentos realizados com a obtenção de sede própria, que materializava o propósito de reformar tal instituição, amenizando assim qualquer idéia que pudesse afugentar o público-alvo, por conta sobre possíveis práticas de castigos relacionados à Instituição Militar, tornando-se uma estratégia de visibilidade e não necessariamente uma ação para democratizar a escola.

Apesar de o estabelecimento ter sua eficácia comprometida pelas más condições de conservação de seu prédio, até então utilizado como hospedaria para imigrantes, o fato de a Escola estar, como já mencionado, localizada em sede própria pretendia garantir um futuro mais próspero para seus intentos, utilizando-se do valor simbólico que suas paredes deveriam promover. O novo prédio poderia, assim como a equiparação ao ensino ministrado nos grupos escolares, reverter o imaginário popular acerca de sua rigorosa disciplina, além, é claro, de ser necessário, como mostram os documentos anteriores, um novo imóvel para atender as especificidades do ensino militar além do desenvolvimento do ensino seriado. Foi assim que se observa já nos primeiros tempos uma alta no número de seu efetivo, sendo de 48 em 1906, para 61 em 1907 e 73 em 1908²¹.

O terreno onde se achava o edifício estava situado em frente à Baía Sul e do porto de Florianópolis. O prédio tinha dois pavimentos: no térreo, havia uma pequena parte subterrânea, que era utilizada como paiol, mais dois salões para as aulas, enfermaria, três alojamentos para subalternos (praças e aprendizes), refeitório para alunos, oito bailéus, cozinha, latrinas e banheiros para oficiais e subalternos; no superior, estava à secretária, sala de visitas, farmácia, quatro quartos para o Estado Maior e dois refeitórios, um para o comandante e outro para os oficiais e instrutores²².

No tocante aos recintos e seus arranjos, percebemos, por exemplo, a evidente

²¹ Brasil. Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina. **Ordem do Dia nº 38. 10 set. 1909**. p.54. Acervo SDM.

²² A leitura para tal descrição e de outras que se seguem sobre o edifício da Praia de Fora foram feitas através de uma série de artigos publicados pelo jornal “A Gazeta” em comemoração ao centenário da Escola de Aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina. Ver: BOITEUX, Lucas Alexandre. Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina [Esforço histórico: 1857-1917]. In: **A Gazeta**, Florianópolis, 24 ago. 1957. Acervo da BPSC.

diferenciação entre o posto e a graduação²³: aos primeiros, oficiais, destinava-se o andar superior, com exceção do banheiro; já aos segundos, praças, destinava-se o andar térreo, ou seja, abaixo dos encarregados e do Comandante. Esse espaço imprime relações sociais que, ao organiza os cômodos entre andar térreo e superior, separa e hierarquiza o espaço por postos e graduações.

A tripulação tinha o trânsito restrito a determinadas áreas. Não era possível a um praça, com exceção do que servisse o gabinete e a Praça D'Armas²⁴, circular no piso superior. Havia tarjas coloridas que definiam por hierarquia os espaços ocupados: amarelo, trânsito livre a praças e oficiais; vermelha, trânsito livre a oficiais ou civis equiparados – professores. Ao Corpo de Alunos (CAL), ambas as tarjas eram sinal de perigo, com risco de punição, que poderia ser um dia de impedimento a quem se atrevesse. E, mesmo em reformas, isso não era descuidado:

Sendo o exacto cumprimento das ordens e instruções superiores a base da disciplina em qualquer estabelecimento militar, torna-se preciso que cada qual dos que aqui servem se esforce para o mais que possível para que a laboriosa tarefa de preparar e educar os aprendizes Marinheiros produza efficaz resultado. Chamo a atenção dos Sers Officiais, Inferiores, praças e Aprendizes graduados, bem assim do demais pessoal da Escola, para a tabella de serviço diário em vigor, ordens e instrucções d'este Comandante que vão ser relidas perante todos. E como veis o estado actual em que se encontra a Escola, isto é, durante o período de obras que achasse o edificio, mais do que em outra qualquer ocasião, torna-se necessário uma completa fiscalização do serviço e mesmo do recreio dos aprendizes, dou por muito recomendado aos Marinheiros Nacionais que não se desviem um só instante do cumprimento de seus deveres²⁵.

Nas poucas fotografias encontradas, que se abrem como possibilidades para a leitura do espaço escolar da EAMSC, visualizam-se espaços com especificidades materiais que implicam na ocupação de determinadas posições no espaço social e constitui determinado habitus relacionado a esse exercício. Como primeiro exemplo, passamos a câmara do Sr. Comandante da Escola, na qual é proposto no mesmo recinto o gabinete, camarote e copa, em uma representação simbólica da superioridade pelo isolamento em relação aos demais tripulantes. A autoridade do comandante deve estar distinguida e ser paralela a qualquer situação que não seja necessária à superioridade intrínseca do posto, evidenciada pela ausência do mesmo na Figura 2:

²³ Posto se refere ao grau hierárquico dos oficiais e graduação ao dos praças.

²⁴ Termo que se refere ao ambiente de refeições dos oficiais ou assemelhados.

²⁵ BRASIL. Marinha do Brasil. **Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Almirante Alexandrino Faria de Alencar, Ministro de Estado e Negócios da Marinha, em abril de 1909.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. s/n.



Figura 2: Gabinete do Senhor Comandante
Fonte: Serviço de Documentação da Marinha

Tal *isolamento* permitido ao superior por conta da estrutura a ele fornecida, através de uma sala na qual seu habitante trabalha, alimenta-se e descansa, ou seja, possivelmente se desloca muito pouco, volta ao viés de que tal estrutura está contida numa maior e não necessariamente contém tudo o que dela se prescinde. As imagens proporcionam um entendimento melhor daquilo que a formalização qualitativa deixa escapar, ou seja, “os indivíduos por aqueles espaços que sempre existem e pelas inconsistências internas que fazem parte de qualquer sistema de normas e sistemas normativos”²⁶.

Já o segundo exemplo, o alojamento dos Aprendizes-Marinheiro, um vasto galpão de 26,16 por 15,06 metros, coberto de telhas de cimento, retoma a simplicidade e desconforto dos cômodos destinados ao grau raso da carreira militar que, conforme indicam os documentos, não estava muito distante de suas vidas antes de adentrar aos muros daquela instituição. Em memórias publicadas em comemoração aos 100 anos de criação desta Escola, Boiteux²⁷, descreve que no inverno, como não tinha forro, era muito frio e, nos dias de chuva intensa, alagava, levando os aprendizes a dormirem no chão das salas de aula e corredores.

²⁶ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História**. 2. ed. São Paulo: UNESCO, 1992. p.153.

²⁷ A leitura para tal descrição e de outras tecidas e que se seguem sobre o edifício da Praia de Fora foram feitas através de uma série de artigos publicados pelo jornal “A Gazeta” em comemoração ao centenário da Escola de Aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina. Ver: BOITEUX, Lucas Alexandre. Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina [Esforço histórico: 1857-1917]. In: **A Gazeta**, Florianópolis, 24 ago. 1957. Acervo da BPSC.

Reformas são feitas, mas sem grandes alterações. Uma sobre as outras, as redes eram a solução para o espaço inapropriado e pouca mobília, mas era mantida a impecável rigorosidade estética da arrumação – tal qual na sala do comandante – vista na Figura 3; mas, neste caso, seus usuários aparecem quase que despercebidos ao fundo.

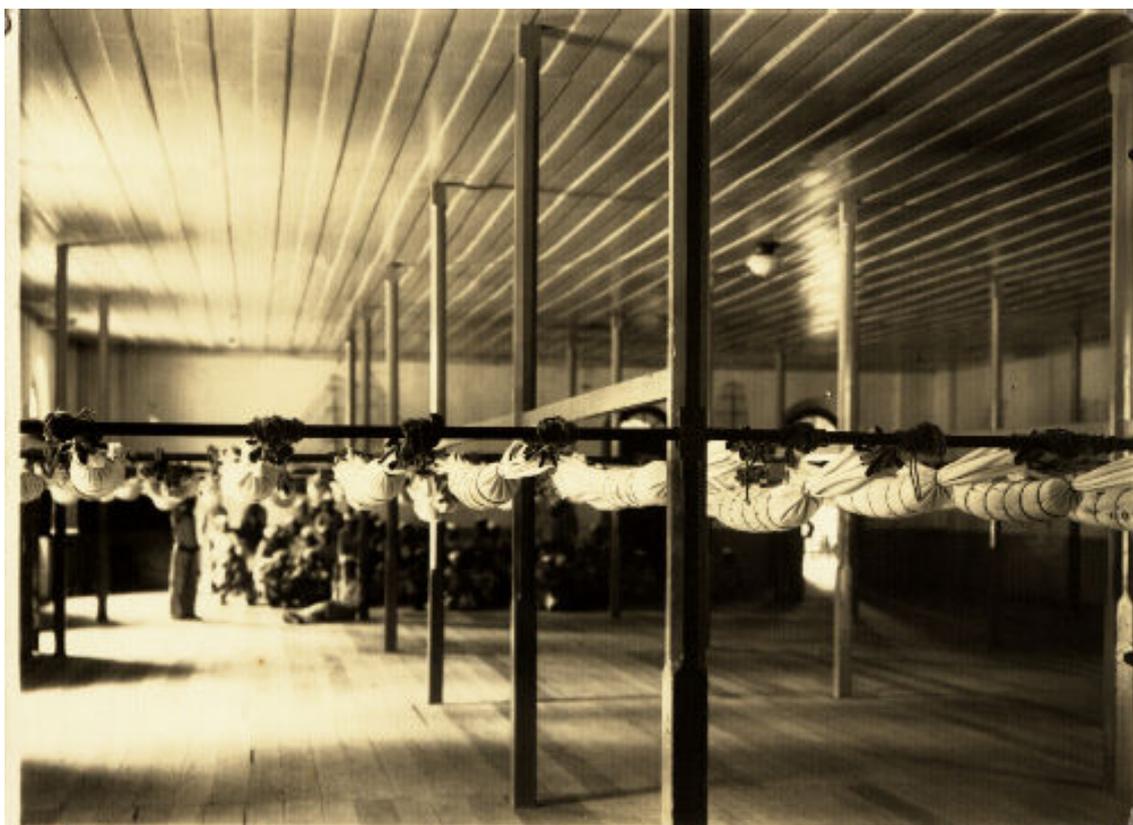


Figura 3: Alojamento de Aprendizes-Marinheiros
Fonte: Serviço de Documentação da Marinha

Porém, esforços são feitos e obras foram iniciadas em 17 de março de 1909 e concluídas em 27 de julho do ano seguinte, no intuito de melhor as instalações e de tornar a Escola de Aprendizes o mais próximo possível da arquitetura bonita e metodologicamente correta para o desenvolvimento do ensino seriado. Na praia da frente, foi construído um molho de pedra, servindo de proteção ao encanamento dos esgotos e cais de atracação para embarcações miúdas. A propriedade tinha ainda uma faixa de terra conhecida como ilhota, onde foi erguida uma pequena construção de tijolos, coberta com telhas e envidraçada, que servia como isolamento para pacientes suspeitos de doenças infecto-contagiosas, segundo descreve-se em documentos externos, de 8 de agosto de 1910.²⁸

²⁸ BRASIL. Marinha do Brasil. **Documentos externos: recebidos e transmitidos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. Acervo SDM. p.46

Mesmo após essa reforma, o relatório anual de 1912 evidencia problemas essenciais ao bom funcionamento da instituição:

Preciza de alguns reparos, como sejam: separação por anteparas nas privadas, instalação de dois mictórios e iluminação elétrica. O terreno da escola continua sem estar murado. O serviço de água é penoso, tornando-se preciso a montagem de um moinho; bem como a construção de um trapiche para facilitar a atracação, obras cujo o orçamentos já submetidos á deliberação do Governo.²⁹

Tais obras que não cessaram desde a transferência da Escola não apresentavam mudanças significativas no imaginário da identificação da população local acerca da instituição, que já não mais respondia em número de matriculados e que se tornara em 1913 menor que aquela encontrada antes de ser equiparada à escola primária e de se instalar em sede própria, como denuncia o Relatório de abril 1914:

Em tempo foi essa Escola uma boa fonte de pessoal para o Corpo de Marinheiros Nacionaes ha annos porém que deixou de ser procurada tornando-se cada vez mais escasso o numero de alistados, que nestes últimos 4 annos deu uma média de 4 por anno.

Funciona em prédio próprio, no continente, no logar denominado sacco dos Padres, em frente á (sic) Capital do Estado.

O ensino ministrado pelos novos professores não produziu os resultados desejados pelo pouco tempo de curso, pois só em setembro deu-se a elle início. O estado sanitário foi sempre bom.

Torna-se precisa a construcção de uma ponte para atracação dos escaletes e n'ella serem içados, visto ser a praia de lodo e sempre espraçada.³⁰

Em 1918, logo, após a alteração do regulamento pelo Decreto nº 11.479, de 10 de fevereiro de 1915, a Diretoria do Pessoal do Ministério da Marinha realizou um estudo sobre as condições das EAM, uma vez que um número significativo delas não oferecia condições de ensino e adestramento, bem como não se tinha idéia das lotações ideais, custos e rendimento de cada uma das escolas. Verificou-se que, em uma guarnição de 1100 homens, cerca de 850 necessitavam de instrução primária, o que significa que eles deveriam proceder das escolas de aprendizes, podendo os outros 250 ser obtidos através de sorteio militar ou voluntariado:

²⁹ BRASIL. Ministério da Marinha. **Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Almirante Manoel Ignácio Belfort Vieira, Ministro de Estado e Negócios da Marinha, em abril de 1913.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. p.116. Acervo SDM.

³⁰ BRASIL. Ministério da Marinha. **Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Almirante Alexandrino Faria de Alencar, Ministro de Estado e Negócios da Marinha, em abril de 1914.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. p.305. Acervo do SDM.

Considerando-se um tempo de dez anos de serviço para os providos das Escolas e dois para os sorteados e voluntários, e outros fatores, conclui-se pela exigência de um contingente anual de mil aprendizes. Como a experiência mostra que, nas escolas, eram aproveitados apenas 50% dos matriculados (por motivos diversos), para os mil alistados correspondiam duas mil admissões, as quais deveriam ser distribuídas pelas escolas.³¹

Em 1920, três escolas são desativadas, ficando ainda 11 espalhadas ao longo do vasto litoral brasileiro. A Escola de Santa Catarina se manteve, porém, nos relatórios anuais, havia as constantes queixas feitas pelo Sr. Comandante sobre a falta de material escolar, material de escritório, medicamentos e professores. É preciso relacionar tais reivindicações as discussões acerca da Escola de Aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina no amanhecer da República, no sentido simbólico que se pretendia atribuir à educação e a tal instituição. Para o que serve essa construção, a forma como é utilizada e a apropriação social que dela é feita, é que irão caracterizar a sua existência, permanência, ruptura e seus projetos políticos e pedagógicos. Além disso, segundo Rosa Fátima de Souza, são os elementos simbólicos que elevam o valor da escola e dão crédito a instituição educativa:

Importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou méritos. Procedimentos, portanto, para conhecer dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico.³²

Mesmo com a determinação de Modificação do Regulamento do Ensino Naval pelo governo Getúlio Vargas, pelo Decreto nº 21.820, de 29 de setembro de 1932, o *Novo regulamento para o ensino técnico profissional do pessoal sulbaterno*, as lamentações eram constantes. O curso passou a ter duração de dois anos, sendo que, após os dois anos de formação nas Escolas de Aprendizes-Marinheiro, o aluno era apresentado ao Corpo de Marinheiros do Rio de Janeiro com o posto de grumete, sem ter que passar pela antiga escola de grumetes. Ao final do primeiro ano de embarque, durante o qual seria avaliado e direcionado à especialidade para a qual demonstra aptidão, o marinheiro cursava a Escola de Especialidades, onde recebia formação específica.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, o número de escolas foi reduzido para quatro, passando o programa também a ser reduzido para formar três turmas a cada dois anos.

³¹ História Naval Brasileira. Volume II, Quinto-Tomo. Acervo da EAMSC.

³² SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910). São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 1998. p.153.

A Escola de Santa Catarina permanece aberta até 1937, sendo desativada no ano seguinte, segundo alegam documentos oficiais, pela falta de condições de funcionamento no local onde estava instalada. O prédio já não tinha mais condições de abrigar os aprendizes, a praia não permitia as aulas de natação e, com a maré baixa, transformava-se em um lodaçal, impossibilitando que fossem arriados os escaleres para os exercícios de remo. Como o terreno aproveitável era pequeno e o edifício estivesse em mau estado, entenderam as autoridades que não compensaria fazer pesados investimentos na remodelação das instalações, pois não havia espaço disponível para ampliar o estabelecimento, já que a inauguração da ponte Hercílio Luz em 1926 acabou por levar as redondezas da Escola ao processo de povoamento (Figuras 4) e, posteriormente, resolvendo-se então pela construção de uma nova sede em local amplo e apropriado.



Figura 4: Redondezas da EAMSC no final da década de 20

Fonte: Relações Públicas da EAMSC

Localizada em uma região periférica, descrita como de *vagabundos*, a Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina era funcional, pois representava o coercitivo, o disciplinador, o lugar que se define “para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil”²⁷⁹, e por que não dizer um cidadão útil. Apropriando-se desse imaginário popular, o Governo e a Marinha implantaram

ali uma instituição de controle e formatação das crianças, que após a equiparação ao ensino primário, mesmo que por pouco tempo, teve a matrícula e a frequência aumentadas, parecendo ser possível sua ação sobre o *tal povinho*, “incorrigível, escamado habitual de tudo que era faina e formatura”²⁸⁰.

A disposição fazia parte do projeto civilizador e moralizador pretendido para a infância e por extensão à comunidade a que se destinava, estabelecendo que “relações de proximidade, que tipos de armazenamento, circulação, marcação e classificação de elementos humanos devem ser adotados em determinadas situações para atingir determinados fins”.³³ As fontes indicam a reprodução de uma ordem social, cuja formação simbólica remete ao que pertencia ao centro da cidade ou ao que deveria pertencer à periferia; ou seja, um centro limpo, bonito, salubre ligado à existência de determinados sujeitos, e uma periferia doentia, cinza, perigosa legada a outros sujeitos. Tudo isso acaba por fundir-se e confundir-se dentro dos espaços, tal qual se nota na EAMSC, que diferenciava um e outro sujeito social, cuja forte presença hierárquica mais que lembra, ou melhor, não faz esquecer, reproduzindo assim a ordem social encontrada do lado de fora daqueles muros.

A ordem, limpeza e disciplina faziam parte de um conjunto de dispositivos utilizados e influídos nos aprendizes-marinheiros para que instintos e emoções fossem contidos conforme modelos padronizados, considerados civilizados, na busca da produção de uma *segunda natureza*.³⁴ A disciplina dos corpos pelo espaço definia de tal forma que a ordem fosse mantida, vigiando e promovendo o afastamento, criando assim um espaço útil, para os moldes republicanos, para aquilo que se pretendia para a educação dos diferentes brasileiros. No caso da EAMSC, quis “impedir a pilhagem e as violências; acalmar os habitantes”, num “modelo quase ideal”, como assim definiu Foucault, ao confrontar as tecnologias disciplinares com a rotina militar.³⁵

³³ FOUCAULT, 1967, p. 03.

³⁴ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p.197.

³⁵ FOUCAULT, 1993, p.144.